

A práxis da formação política das classes populares¹

Percival Tavares da Silva²

Esta é uma lição vivíssima para os dias de hoje [...] Não se pode nunca desprezar o tratamento específico, particular, de questões socioculturais, relegando sua solução para os supostos dias gloriosos do socialismo realizado. O tratamento metódico, paciente, das questões específicas é, antes, o modo melhor de fazer avançar ‘molecularmente’ o programa socialista, aqui e agora, a partir do movimento real do único mundo em que nos é dado viver. (Luís Sérgio Henriques)

Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica. (Antonio Gramsci)

Resumo

Este artigo objetiva mostrar a práxis da educação política popular desenvolvida, desde os anos 70, pela Diocese de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ. Após contextualizá-la e caracterizá-la, faz um breve relato do curso Escola de Formação Política, projeto de extensão desenvolvido desde 2003 pelo Centro Sociopolítico da Diocese e pelo Núcleo de Filosofia Política e Educação da Universidade Federal Fluminense (NUFIPE). Analisa essa intervenção educativa a partir de inventário aplicado aos educandos e conclui fazendo uma abordagem da educação política popular enquanto ação emancipadora.

Palavras-chave: Filosofia. Práxis. Educação política popular. Emancipação.

Abstract

This article is intended to show the praxis of popular political education developed since the 1970's by the Diocese of Nova Iguaçu, a municipality located in Baixada Fluminense, near the city of Rio de Janeiro, in Brazil. After describing the context and this educational project, the article provides a short description of the Political Education course, an extension project developed since 2003 by the Diocese's Sociopolitical Centre and NUFIPE, a Political Philosophy and Education Unit of the Federal University located in the city of Niterói, State of Rio de Janeiro. The article analyses this popular education praxis on the basis of a survey carried out with the students, ending with a popular political education approach as a emancipatory praxis.

Keywords: Philosophy. Praxis. Popular political education. Emancipation.

1 Texto apresentado em 22 de novembro na mesa “Agir na sociedade civil popular para construir o Estado ético-político”, no Seminário de Educação 2006 & I Jornada Internacional de Educação em Movimentos Sociais: Educação em Movimento: Espaços, tempos e Atores para o século XXI, realizado de 19 a 23 de novembro de 2006, UFMT, Cuiabá, MT.

2 Doutorando FEUSP. Mestre em Filosofia da Educação pelo IESAE-FGV. Docente da FEUFF em Filosofia da Educação. (percil@bol.com.br)

Falo a partir do exercício da educação política popular, ou melhor, da práxis política e educativa dos “simples”, como diria Gramsci, na Baixada Fluminense – Grande Rio, RJ.

Neste ensaio pretendo trazer algumas reflexões com base nessa minha prática de educação. No entanto, ciente de que, além de enfadonho, estaria fugindo dos objetivos desta mesa, busco evitar relatar tal experiência além do necessário para situar esta reflexão.

Saltando no tempo, quero reportar-me à experiência de formação política popular iniciada em 2003, quando é firmada, via NUFIFE³, a parceria entre a Universidade Federal Fluminense e a Diocese de Nova Iguaçu, RJ, via CSp⁴, para o projeto de extensão Escola de Formação Política (EFP).

Esta exposição inicia-se com uma rápida contextualização e caracterização dessa práxis educativa, faz um breve relato do projeto da EFP, analisa essa prática a partir de inventário aplicado aos educandos da EFP e conclui abordando a educação política popular enquanto ação emancipadora.

Contexto da práxis de educação política popular

Pode-se caracterizar, grosso modo, a Baixada Fluminense, locus da práxis de educação política popular, como síntese sociopolítico-econômica do Brasil:

De caminho de passagem no tempo do Brasil-Colônia e Império, transformado, hoje, em periferia da Cidade do Rio de Janeiro; de espaço insalubre, alagadiço, rios assoreados e destruição ambiental, a insolúveis problemas de saneamento básico e despoluição da Baía da Guanabara; de epidemias recorrentes, sem respostas adequadas do poder público, como a cólera, que em meados do século XIX dizimou a antiga Vila Iguassu, e a dengue, que hoje penaliza a população local; de depósito forçado de desalojados da cidade do Rio de Janeiro pela Reforma Pereira Passos, nos inícios do século XX, e generosa acolhida a migrantes de inúmeros recantos do Brasil e exterior em busca de trabalho e condições de vida; de espaço urbano inchado, sobretudo a partir dos anos 60, e precárias políticas públicas de assistência e de equipamentos urbanos (ALVES, 2003; SILVA, 2004); de espaço portador de um caldo cultural riquíssimo em contraste ao desenraizamento e abandono da sua população pelas elites locais; de práticas religiosas alienantes

3 O Núcleo de Filosofia, Política e Educação (NUFIFE), coordenado pelo professor Giovanni Semeraro, foi criado em 2002. Objetiva contribuir na formação filosófica e política dos educadores do sistema público de ensino e de práticas político-alternativas para a escola, a partir de estudos e pesquisas sobre a formação filosófica e política dos educadores e ofertas de cursos de pós-graduação e atividades de extensão.

4 O Centro Sociopolítico (CSp), organismo da diocese de Nova Iguaçu, inaugurado em março de 2001, está sediado nas instalações da Cáritas Diocesana. Sua missão é “a formação sociopolítica do laicado, fundamentado na mística de uma espiritualidade solidária, libertadora e transformadora. Com o objetivo de apoiar e fortalecer, o CSp auxilia a sociedade civil no controle social e execução das políticas públicas” (FOLHETO do CSp, s/d).

de igrejas fundamentalistas em contraste às de uma Igreja Popular⁵ esvaziada em busca da conscientização das classes populares etc.

Espaço, síntese em que a população, em geral, e os militantes políticos, em particular, têm associado a política ao clientelismo⁶, ao populismo eleitoral, à “troca de favores” (ALVES, 2003; SILVA, 2004). Assim como políticos profissionais, de uma forma geral, têm buscado prestar serviços à comunidade em postos de saúde, escolas municipais etc., quase sempre como objeto de troca e “favor” eleitoral.

Trata-se de uma Cultura Política não-cidadã, arraigada localmente enquanto práticas clientelistas, assistencialistas, populistas, de cooptação política, de corrupção, de apropriação privada, de desmando com a coisa pública e de violência política. Práticas políticas exercendo forte influência sobre a política local e sobre as ações do Estado.

Como agravantes políticos, a prática da cooptação⁷ de lideranças da sociedade civil, mediante empregos na máquina do Estado, que tem levado via de regra ao conseqüente esvaziamento da mobilização social; assim como a prática da conciliação dos grupos políticos em torno do poder local e estadual – prática “expressa sob a figura política de reformas ‘pelo alto’” (COUTINHO, 1990, 42s) –, que tem buscado manter excluídos da política os movimentos provenientes de baixo, a sociedade civil popular. Como conseqüência há nesse espaço uma cidadania ainda por ser conquistada.

É nesse contexto que chego em abril de 1984 à Nova Iguaçu e, a partir de 1985, passo a trabalhar no Secretariado Nacional da Pastoral Operária Nacional, em Duque de Caxias, RJ, na produção de textos, cartilhas e boletins populares e, junto à Diocese de Nova Iguaçu, RJ, na educação política popular, momento forte da mobilização popular constituinte para a Constituição de 1988. Práticas essas que me levam a redimensionar minha práxis de educação política popular iniciada ainda nos anos 70.

Falo de uma práxis educativa forjada sobretudo a partir da Teologia da Libertação e de Paulo Freire e adensada no conflito hegemônico no interior da igreja e

5 Em contraste com o modo pejorativo com que os dominantes a ela se referem, por “Igreja Popular” referimo-nos à Igreja que surge da base e se sustenta no compromisso social com os pobres, empobrecidos e oprimidos, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II; Igreja que viceja nos anos 60e 70 sobretudo na América Latina com a Teologia e a Filosofia da Libertação e na África com a Teologia Negra. São expressões suas, entre outras, as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais sociais.

6 Define-se *clientelismo* a “prática eleitoral de certos políticos que consiste em privilegiar uma clientela (conjunto de indivíduos dependentes) em troca de seus votos; troca de favores entre quem detém o poder e quem vota” (Dicionário Houaiss). Ou ainda a prática política de políticos de profissão que, colocando-se acima dos cidadãos, “oferecem, em troca da legitimação e apoio (consenso eleitoral), toda a sorte de ajuda pública que têm ao seu alcance (cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações, etc.) ... esta forma de clientelismo, à semelhança do clientelismo tradicional, tem, por resultado, não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mais mediatos, pela apropriação de recursos ‘civis’ autônomos” (BOBBIO, 2000, verbete clientelismo).

7 A expressão “*cooptação política*” refere-se a um sistema de participação política débil, dependente, controlado hierarquicamente, de cima para baixo, processo pelo qual o Estado trata de submeter a sua tutela formas autônomas de participação (SCHWARTZMAN, 1982, 23 e 53).

da sociedade civil. Uma práxis de formação política popular militante que, inicialmente quase que ingênua e populista, vai lentamente adensando a autoconsciência de educador político popular na linha gramsciana.

A Escola de Formação Política

Antecedentes históricos da EFP

Após trabalhar durante a ditadura militar, nos anos 70 e 80, no despertar da consciência popular através de uma educação popular informal e desarticulada junto às Comunidades Eclesiais de Base, pastorais sociais etc., a Diocese de Nova Iguaçu⁸, ainda tendo Dom Adriano Hypólito à frente, decide investir numa formação política popular para além da mera conscientização.

Trata-se de uma intervenção em um novo contexto em que, a partir do final dos anos 80 e sobretudo inícios dos anos 90, a onda mundial neoliberal de esvaziamento e desobrigação social do Estado chega ao Brasil. Contexto em que a lógica do mercado passa a tomar conta das relações humanas e do imaginário social; em que a competição e o acirramento da mercantilização das relações acabam por transformar o próprio homem em mera mercadoria, por exacerbar o individualismo e esvaziar o sentido da ação coletiva; em que o discurso do “fim da história” acaba por borrar qualquer perspectiva de utopia.

Neste contexto, a Igreja Popular de Nova Iguaçu percebe-se insuficiente para a transformação social do trabalho de educação popular até então desenvolvido. Fica patente para ela a dificuldade da emergência de sujeitos políticos autônomos e de novo tipo nesse espaço político: a Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, por exemplo, que desde meados dos anos 70, luta pelo estabelecimento de mecanismos de negociações diretas com o executivo municipal, de “audiências públicas”, como forma de barrar a prática clientelista estabelecida nas relações políticas locais, vê frustrada essa sua tentativa com a retomada da prática de cooptação política de lideranças de origem popular, sobretudo, a partir da abertura política e do estabelecimento da Nova República, em 1985 (SILVA, 1994 e 2004).

Desafiada a adensar sua intervenção a partir da relação “fé e vida”, a Diocese decide investir na formação política sistemática e permanente de seus agentes e educadores populares, para propiciar a emergência de novos personagens no cenário político local e prepará-los para intervir nas políticas públicas (SILVA, 2003a).

8 A Diocese de Nova Iguaçu - Igreja Católica - abrange 7 municípios, com uma população estimada em 2005 de 1.918.870 hab., assim distribuída: Belford Roxo – 480.695 hab.; Japeri – 94.239 hab.; Mesquita 182.546 hab.; Nilópolis – 150.968 hab.; Nova Iguaçu – 830.902 hab.; Paracambi – 43.011 hab.; Queimados – 136.509 hab. (Fonte IBGE – População Estimada em 01.07.2005).

Motivada pela pergunta estratégica, “que Baixada Fluminense queremos daqui há 10 anos?” a diocese desenvolve a partir de 1995 o Projeto de Formação Social destinado às suas lideranças. São objetivos desse projeto: estimular, nos agentes sociais, a consciência dos direitos do povo e reforçar a sua participação efetiva na transformação social... e capaz de responder aos novos desafios; propiciar oportunidades de confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários ao enfrentamento das situações novas.⁹

Esse projeto desdobra-se em várias iniciativas de educação política popular, culminando com a criação do Centro Sociopolítico, CSp, em março de 2001 (cf. nota 3) e a Escola de Formação Política a partir de 2003.

A Universidade Federal Fluminense começa a se fazer presente nessa iniciativa de Educação Política Popular, quando os professores Percival Tavares da Silva, em 1997, e Giovanni Semeraro, em 2000, são incorporados à iniciativa.

Objetivos da Escola de Formação Política

A Escola de Formação Política (EFP), coordenada pelo professor Percival Tavares, da UFF, e um representante do CSp, é uma extensão universitária, parceria UFF – Diocese de Nova Iguaçu, renovada anualmente desde 2003, para a formação política popular na Baixada Fluminense.

Parceria formalizada após longa gestação, não sem resistência, seja do meio acadêmico frente à possibilidade de se estar privatizando o público, seja da Igreja, diante da possibilidade de se estar abrindo brechas para o imiscuir vanguardista do intelectual. A parceria formaliza a prática militante de educação política popular desenvolvida há anos pelos professores da UFF na Baixada Fluminense, garante a sinergia entre a educação formal universitária e a educação política popular, evitando dessa forma o sobretabalho desses educadores populares.

Seu objetivo geral, em 2003, definido a partir da práxis educativa até então ensejada, é “oferecer a pessoas politicamente engajadas na área da diocese de Nova Iguaçu, uma formação social e política atualizada e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária” (SILVA, 2003a).

Seus objetivos específicos, em 2003, são os de “preparar pessoas para intervir em atividades de políticas públicas; criar condições para viabilizar candidaturas que representem os anseios populares nas esferas do poder público; formar os que queiram atuar na administração pública municipal / estadual; oferecer informações e conhecimentos para os que atuam nos movimentos sociais, nos sindicatos e nas organizações da sociedade civil para melhor intervir nas políticas públicas” (SILVA, 2003a).

9 Diocese de N. Iguaçu. *Projeto de Formação para o Exercício da Cidadania*. 22 de maio de 1998, p. 2.

Evidenciando como o educador precisa e tem sido educado nesse processo (MARX, 3a tese sobre Feuerbach), em 2006, os objetivos específicos aparecem redimensionados em vista de uma real práxis de formação política popular: “Confrontar a práxis política dos que atuam nos espaços sociais, sindicais e partidários com as informações e conhecimentos acumulados a fim de possibilitar uma melhor intervenção nas políticas públicas; criar condições para viabilizar candidaturas político-partidárias que expressem uma concepção política ética, popular e transformadora” (FOLHETO EFP).

Fundamentalmente, a EFP busca aplicar a metodologia da práxis à educação política popular (ARRUDA, 1988; KONDER, 1992). Conforme folheto da EFP 2006:

Trata-se de um curso de capacitação de lideranças populares, de cunho ecumênico e suprapartidário, fundamentado numa metodologia de formação a partir da experiência sociopolítica acumulada pelos participantes, buscando estimulá-los para que façam a articulação prática e teoria (metodologia da práxis) e baseada numa perspectiva crítica que possibilite pensar, articular e atuar de forma transformadora sobre a realidade, em vista de uma sociedade justa, humana e solidária”.

Apesar de oferecidas 60 vagas, devido à procura, são acolhidas 90 inscrições. A evasão gira em torno de 30% dos inscritos. Aqueles que atingem 75% de presença recebem certificados emitidos pela Pro-Reitoria de Extensão da UFF.

Como não se trata de uma iniciação à política, o único critério exigido para inscrever-se é o de se estar ou ter sido engajado em alguma atividade política. Em geral, o perfil das turmas tem sido de pessoas com formação escolar média e superior, onde a “maior qualificação está no conhecimento político, forjado na experiência dos embates sociais” (SILVA, 2003a).

A carga horária do curso, que tem oscilado de 60 a 120 h, parece ter chegado ao seu ótimo com as 68 h de 2006. As aulas acontecem aos sábados de manhã, em Nova Iguaçu, nos espaços da diocese. A título de descanso, a cada mês é reservado um final de semana sem aula, preferencialmente coincidente com feriados.

Os professores escolhidos devido à sua sensibilidade para com a educação popular, à sua adequação ao conteúdo proposto e à metodologia do curso e, sobretudo, ao seu compromisso com a emancipação social, são de origem de Universidades como UFF, UFRJ, UERJ, UFRRJ, PUC-RJ; ONGs como CERIS, FASE, ISER Assessoria; partidos, jornalismo, judiciário, entre outros.

As avaliações da EFP, e não dos educandos, que ocorrem de forma sistemática após cada módulo e ao término do curso, envolvem estudantes, professores, pessoal de apoio e coordenações. Dos educandos, destacam-se os depoimentos:

Da EFP o que de mais importante fica...: ‘qualquer mudança, seja na saúde, na segurança ou na educação, somente acontecerá com militância e mobilização social (SILVA, 2004b).

Algo de que não desconfiávamos no início do Curso tornou-se certeza e compromisso ao final dele: ‘a constatação de que o que aprendemos aqui não deve morrer no discurso bonito. Deve ser alimento para nossa práxis’ ... Sem esse compromisso, estamos certos de que não estaríamos formados e este Curso não teria o menor sentido (idem).

A sua atuação, hoje, é que vai definir o seu amanhã. Trata-se de uma decisão política sua” (SILVA, 2003a).

Anunciou a todos nós... que: uma sociedade democrática só é possível pelo caminho da participação; não se muda uma sociedade apenas com a participação no plano micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação social (...) o poder local de uma comunidade e as possibilidades emancipatórias e civilizatórias não existem a priori, não são inatas ou constitutivas dos indivíduos ou instituições. (...) Esses poderes têm se organizado, adensado, em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades sócio, cultural e política. Forças sociais se constroem em processos, por meio de relações compartilhadas, pactuadas e interativas” (2005b).

Cidadania significa luta contínua na construção da democracia, cuja luta se dá pelo livre desenvolvimento de cada um, como pressuposto para o livre desenvolvimento da coletividade” (SILVA, 2003a idem).

Dois fatos marcaram o nosso Curso e praticamente foram abordados em quase todas as palestras: o massacre na Baixada e a crise política vivida pelo país nos últimos meses. ... contribuiu e muito para a expansão de nossa visão política, ampliou os horizontes, trouxe mais conscientização, valorização da ética na política, enriquecimento cultural, mais clareza diante da realidade... Nos mostrou o verdadeiro sentido da política, que é o interesse em prol da coletividade... É preciso, mais conhecimento e organização para que possamos ser agentes de transformação na construção de uma consciência política coletiva, social e transformadora que seja capaz de mudar a ideologia dominante na Baixada” (SILVA, 2003^a).

Embora não pretenda desdobrar-se em movimentos, mas fundamentalmente ajudar a redimensionar e a potencializar os já existentes, a EFP tem motivado e incentivado a organização de um Fórum de Conselheiros Municipais em Nova Iguaçu; do curso “como fazer análise de conjuntura”; da reunião bimensal dos egressos das EFPs, objetivando “buscar ânimo, formação, trocar experiências e fortalecer a atuação nos vários espaços” (relatório reunião de egressos em 05.03.2005); e da mobilização social em Grupos de Acompanhamento ao Legislativo em Mesquita, Nova Iguaçu e outros Municípios.

Conteúdo programático da EFP

O conteúdo programático da EFP tem sido construído e reelaborado a partir das avaliações e sugestões dos sujeitos da educação, da realidade local, da conjuntura e do conhecimento político e metodológico acumulado. De início conta com o acúmulo advindo das atividades de formação política desenvolvidas a partir de 1995; posteriormente, à luz da conjuntura e das avaliações, seu rol temático e práxis metodológica vêm sendo recompostos e redimensionados.

O conteúdo programático quer evitar a intervenção localista, própria à lógica do fragmento pós-moderno, que perde a visão do todo. Para tanto, busca combinar métodos dedutivo e indutivo, expositivo e analítico, partindo do geral para o particular, do global para o local, e vice-versa. O desenvolvimento temático é iniciado com uma fundamentação teórica da política e da economia, a partir do enfoque latino-americano, procedendo a um paulatino mergulho na realidade política da Baixada Fluminense.

O conteúdo programático em 2003, o mais longo, abrange:

I - Teoria política e econômica: conjuntura política; estado e formas de governo; história dos partidos no Brasil; Brasil e América Latina numa economia globalizada; democracia no Brasil e América Latina; sociedade civil e participação política; as denominações religiosas na política brasileira e latino-americana; questões de gênero, classe e etnia; política orçamentária: financiamento e tramitações dos recursos; orçamento municipal e orçamento participativo.

II - Instituições políticas e ações de governo: ministério público e instrumentos de controle do judiciário; poder legislativo e democracia: formas de participação política; poder executivo e políticas públicas nos municípios.

III - Poder político na Baixada Fluminense: poder público; igrejas e poder político; poder paralelo; como se faz análise de conjuntura; movimentos sociais e organizações populares; conselhos: realidade e desafios.

IV - Candidaturas populares: partidos políticos na Baixada Fluminense; processo eleitoral; sistema político-eleitoral; ética e política; candidaturas populares.

Avaliado como muito longo, sofre sensível redução da carga horária nos anos seguintes. Em 2004 é compactado. Em 2005, sob o impacto da chacina da Baixada¹⁰ e em plena crise ética das instituições políticas brasileiras, o programa comporta redimensionamentos e acréscimos dos temas: “como fazer análise de conjuntura”; práxis política e disputa do poder: construção e dinâmica do homem público e marketing e propaganda política; corrupção eleitoral; e os seminários “Realidade das Câmaras Municipais” e “Realidade Política dos Municípios”.

10 Em 31 de março de 2005, na noite de quinta para sexta-feira antecedendo a segunda aula da EFP, 30 pessoas sem qualquer passagem policial, a maioria negros jovens e trabalhadores, são brutalmente executadas a tiros em Nova Iguaçu e Queimados por um bando, mais tarde identificado composto por “policiais”. Esta chacina da Baixada, como fica conhecida, sem motivo aparente, choca o Brasil e o mundo. O uso político dos insepultos e os interesses antagonísticos atravessando as tentativas de mobilização social e de criação do Fórum Reage Baixada vão marcar o cenário político local.

Em 2006, o conteúdo programático é detalhado em temas, ementas, objetivos, dinâmicas e métodos. Busca-se assim facilitar sua exposição - que tende a ser dispersa e desarticulada devido aos professores serem diferenciados - e apropriação pelos educandos. Neste ano, a aplicação do Inventário dos Inscritos, a ser comentado abaixo, contribui para redimensionar toda a dinâmica do curso.

Conteúdo programático de 2006:

I. Introdução à política: cultura política no Brasil e nova práxis política; Estado e sociedade civil no contexto neoliberal; práxis política e disputa do poder: construção e dinâmica do homem público; ética na Política: pragmatismo, corrupção, etc.

II. Políticas Públicas: panorama das políticas públicas; educação; saúde; assistência social.

III. Disputa do poder na Baixada Fluminense e controle social: poder político local; movimentos sociais e organizações populares; movimentos sociais e políticas públicas; legislativo municipal e políticas públicas; conselhos municipais e políticas públicas; candidaturas populares; práxis eleitoral e disputa do poder.

Este programa começa a ser desenvolvido com o Inventário dos Inscritos, a análise e auto-análise da “práxis e cultura políticas” da turma.¹¹ Busca-se assim construir o conteúdo e mantê-lo articulado à práxis política dos educandos e educadores, sujeitos e objetos da formação.

O programa para 2007 está sendo reelaborado à luz da pergunta estratégica de 1995, “que Baixada Fluminense queremos daqui a 10 anos”, e do acúmulo da EFP até 2006. Embora considerado excelente pela equipe responsável, avalia-se que o conteúdo desenvolvido ressona-se de maior incidência sobre a realidade local, pois com uma abordagem ainda muito generalista das políticas públicas. Diante da lentidão e da recorrência de ações políticas sem maior densidade local, está sendo redimensionado objetivando agilizar o despertar de ações políticas de novo tipo e mais vinculadas à realidade específica de cada Município. A tendência é que continue a ter o mesmo conteúdo curricular geral de fundamentação, direcionando-se, no entanto, a uma política pública específica a ser priorizada a partir da demanda social local.

Desta forma, trabalhando mais densamente o conteúdo programático e preocupada em criar condições para a articulação da luta local à luta global, a equipe responsável pretende criar condições para potencializar a intervenção política desses sujeitos políticos na Baixada Fluminense.

11 O conteúdo destas primeiras aulas está sistematizado pelo coordenador da EFP Percival Tavares da Silva, nos documentos “Inventário dos Inscritos II”, “Práxis e culturas políticas” e “Práxis e cultura política na Baixada Fluminense”.

O sentido do Inventário

Expressão de uma práxis contraditória, em que “o novo ainda não nasceu e o velho ainda não morreu”, a EFP vem afinando sua práxis de educação política popular. Apesar de pressupor em sua concepção metodológica:

[...] partir da ótica e da realidade popular; conteúdo desenvolvido em sintonia com a experiência e com o conhecimento dos estudantes; ser um espaço ecumênico e politicamente plural; promover dinâmicas que facilitem o intercâmbio entre todos; entrar no mérito de questões práticas da vida de um político” (SILVA, 2003a).

evidencia-se que a ultrapassagem do método bancário de repasse de conteúdos, assim como, de conteúdos desvinculados da realidade local, apresenta-se condicionada por fatores históricos e culturais recorrentes, tais como:

- a inexistência de pesquisa e sistematização de conteúdos mais vinculados à Baixada Fluminense;
- e a cultura bancária de repasse de conteúdos.

Fatores estes que, conforme depoimentos, têm dificultado aos estudantes elaborar uma concepção sintética e unitária de sua realidade:

Para facilitar a intervenção popular, a visão da macro-política precisa ser captada e traduzida em sua materialidade política local; a ausência de uma sistematização de conhecimento da cultura política local impede uma maior densidade na intervenção do acadêmico; a sociedade civil se vê fragilizada: percebe a riqueza do conhecimento trazido, mas não consegue fazer a síntese com a realidade local; compactar o conteúdo, principalmente o geral, cobrar das assessorias maior materialidade local (SILVA, 2003b).

Limites estes que se busca superar pela prática de monitoramento do curso, de envolvimento dos educandos no processo, pela atenção à conjuntura e à realidade local.

Além disso, a prática de elaborar o conteúdo a partir do acúmulo histórico do CSp e do conhecimento universal, e de fundamentar a intervenção educativa na metodologia da práxis e na atitude dialógica, vem ajudando a superar estas debilidades: Pode-se destacar como expressões características dessa práxis de educação política popular:

- conteúdo programático elaborado a partir dos sujeitos políticos populares da Baixada Fluminense: a construção do conteúdo programático busca considerar suas demandas e realidade, suas análises e avaliações, a conjuntura sócio-político-econômica e o conhecimento acumulado sobre a temática abordada;
- avaliação contínua: ao término de cada unidade e do curso os educandos são chamados a avaliar, em grupos, o desenvolvimento do curso e a confrontarem o estudado à sua experiência política;

- busca de vínculo orgânico entre educadores e educandos: aos professores, especialistas e vinculados à educação popular, além do perfil dos inscritos, da contextualização e da concepção metodológica do curso, são enviadas como recomendações metodológicas necessárias à articulação teoria e prática: a) desenvolver o conteúdo das aulas a partir de e em sintonia com a experiência política e o conhecimento da turma; b) contextualizar o conteúdo das aulas à realidade da Baixada; c) dinamizar as aulas para facilitar a apropriação do conteúdo e o intercâmbio da turma; d) disponibilizar com antecedência um texto curto com o conteúdo das aulas, possíveis atividades e bibliografia básica, para que possam preparar-se às aulas.

Pressupostos Metodológicos do Inventário

Considerado, desde a concepção da EFP 2006, chave metodológica para o desdobramento do curso, o Inventário da práxis e cultura políticas dos Inscritos destaca-se pela articulação teoria e prática ensinada.

Revela-se providencial pois ajuda a identificar e a problematizar a práxis e a cultura políticas arraigadas entre os educandos e a despertá-los para a necessidade de uma práxis política de novo tipo:

Criticar a própria concepção do mundo (...) significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. (...) O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício de inventário¹². Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, 1987, 12, nota I).

Os documentos produzidos a partir do Inventário¹³, levantamento da práxis e da cultura políticas dos inscritos na EFP em 2006 a partir de um minucioso questionário com 53 perguntas, foram repassados aos professores responsáveis pelo desenvolvimento dos temas previstos no curso, estudados pelos educandos e retomados sistematicamente pela coordenação, educandos e professores no decorrer do curso.

Trata-se este Inventário de um exercício único de pesquisa-ensino, inspirado sobretudo em Antonio Gramsci (ver nota anterior) e Paulo Freire, em que se busca

12 A preposição de está aqui sublinhada pois não está conforme a publicação brasileira “Concepção dialética da história”, de onde destacamos a citação. Optamos usá-la ao invés de no conforme a edição citada, pois no original italiano a preposição usada é de e não em, e por nos parecer mais fiel e adequada à compreensão do pensamento do autor. Da mesma forma, achamos esta mesma edição mais conforme o original italiano ao manter o termo inventário, diferentemente da recente edição (GRAMSCI, 1999) que opta traduzi-lo por análise: o termo inventário nos parece mais adequado à nossa concepção metodológica pois, conforme Houais, além da análise, pressupõe “levantamento minucioso dos elementos de um todo; descrição detalhada, minuciosa de algo”.

13 Pode-se encontrar no documento Inventário dos Inscritos II um descritivo do perfil dos inscritos, como naturalidade, residência, tempo de residência no município atual, sexo, idade, estado civil, número de filhos, religião, profissão, condições de trabalho e acesso ao, vínculos políticos, cultura e práxis política.

elaborar o conteúdo das aulas a partir da práxis e cultura políticas e do contexto social dos educandos. Assim, os professores são desafiados, a partir do conteúdo do Inventário, a elaborar as aulas buscando articular o conhecimento universal à práxis e ao universo cultural dos educandos. De acordo com nossa experiência de educador popular, tal exercício, próprio à práxis educativa, oportuniza aos sujeitos da educação elaborações teóricas e práticas políticas novas, contextualizadas e de novo tipo.

Inventário: expressão de uma práxis política contraditória

Ao proceder à análise dos dados do Inventário pode-se destacar, entre outros, alguns elementos básicos da práxis e cultura políticas dos educandos. Seguem algumas reflexões destaques a partir das respostas colhidas:

Pode-se inferir, por exemplo, a partir da resposta à pergunta 49, que a maioria dos inscritos decide fazer o curso para melhorar a sua ação política (cerca de 76,25%). Mas o que se quer dizer com “melhorar nossa prática política”, quando se desconsidera, de acordo com outras respostas, o ‘primeiro elemento’ da ciência e arte política, o de que vivemos numa sociedade dividida entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos:

O primeiro elemento (a se considerar) é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte política baseiam-se neste fato primordial, irredutível (GRAMSCI, CC, 3, 324)

Diante da constatação de que esta situação não é um fato “natural”, “eterno”, mas historicamente constituída, Gramsci formula duas perguntas de importância metodológica fundamental para a EFP, para a educação política popular:

Pretende-se que sempre existam governantes e governados ou pretende-se criar as condições para os quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? (GRAMSCI, CC, 3, 325).

A partir dos dados do Inventário pode-se dizer que esta é uma turma com uma experiência política caracterizada por práticas contraditórias, que no limite tendem a negar o novo, denotando uma cultura política fragmentária, fundamentalmente centrada na pequena política¹⁴.

Por “grande política” compreende-se “as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (COUTINHO, 2003, p. 71s). “A ‘grande

14 Considera-se aqui a distinção (categorial) gramsciana entre “grande política” e “pequena política”.

política’ – que, ... ‘pretende criar novas relações de força’ ... (CC, 3, 35) – é o momento da afirmação teleológica (de uma finalidade), da liberdade” (COUTINHO, 2003, 72).

E por

[...] ‘pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas)’, que ‘compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política’ (CC, 3, 21). Coutinho afirma que, a ‘pequena política’ poderia ser facilmente identificada com a práxis manipulatória, passiva, que sofre o determinismo em vez de enfrentá-lo (O.C., 2003, 72).

Pequena política materializada, por exemplo, nas práticas de ajuda à comunidade, sintomas de práticas políticas viciadas, o assistencialismo¹⁵. Assistencialismo que no limite tende a uma ação política que se materializa na “troca de favores”, no populismo e no clientelismo, na ação privada e individualista.

Prática assistencialista de muitos inscritos materializada, conforme Inventário, na atuação em sindicatos, associações de moradores, conselhos em suas várias configurações, movimentos sociais, ONGs, pastorais sociais, partidos, igrejas, etc.

Trata-se, portanto, de os educandos analisarem de forma crítica e autocrítica, com lucidez e autonomia, esta práxis política, para de forma criativa poderem saltar a uma prática política superior, forjadora de uma nova cultura política.

Se perguntarem, por exemplo, aqueles com atividade política em ONGs, o que é uma ONG? Qual o contexto de origem desta, também chamada “terceiro setor”? Contexto, este, de redefinição do papel do Estado, o Estado Mínimo Neoliberal. Perguntar sobre o papel social reservado a ela enquanto executora de políticas públicas sociais focadas, para atender às demandas sociais de forma não pública e restrita - não universal. Trata-se, pois, de analisar o sentido da própria práxis política numa ONG.

Trata-se, ainda, entre outros exemplos possíveis, de analisar as práticas de ajuda à comunidade e se perguntar se elas tendem a alimentar o assistencialismo enquanto forjador de uma cultura política da dependência, do favor, do populismo, da pequena política. Cultura esta totalmente contrária a uma práxis política de novo tipo. Da mesma forma, há que se analisar as demais intervenções políticas, para daí extrair as contradições entre o intencionado e os efeitos das próprias ações. Caso contrário pode-se ser surpreendido no futuro com desdobramentos políticos contrários ao intencionado enquanto nova sociedade.

15 De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, há dois sentidos para o termo *assistencialismo*: 1. Sociológico: “doutrina, sistema ou prática (individual, grupal, estatal, social) que preconiza e/ou organiza e presta assistência a membros carentes ou necessitados de uma comunidade, nacional ou mesmo internacional, em detrimento de uma política que os tire da condição de carentes e necessitados”. 2. Político: *pejorativo* “sistema ou prática que se baseia no aliciamento político das classes menos privilegiadas através de uma encenação de assistência social a elas; populismo assistencial”.

E, assim, problematizando a própria práxis política, identificar nela as sementes do novo que precisam ser cultivadas para germinarem e o “ovo da serpente” que precisa ser extirpado.

São animadores a boa vontade e o envolvimento políticos expressos no Inventário. No entanto, se em política a boa vontade é necessária, ela se torna, no entanto, insuficiente para o surgimento de uma política de novo tipo. Sem direção, disciplina, organização, mobilização e clareza de projeto político, projeto político participado a conduzir o processo, a boa vontade política se esvai. Neste sentido, uma ação política desdobra-se em conseqüências lógicas e éticas seja para a manutenção seja para a transformação da sociedade.

Da ajuda à comunidade: O que se quer dizer quando se fala, conforme as perguntas 37 e 38, em “ajudar a comunidade”? O que é isto “comunidade”? Que comunidade é esta?

Comunidade parece um conceito muito confuso em nossa cabeça. Por comunidade, são entendidos os moradores do bairro, os amigos, os membros da igreja ou o que mais? É preciso entrar num acordo, pois se pode estar num “diálogo de surdos” e julgar que todos estão falando a mesma coisa. Retomando Houaiss, a palavra comunidade vem do latim *communitas, átis*, ‘comunidade’, de *communis*, e significa o que pertence a todos, público, comum. Responsabilidade de todos. Neste sentido o conceito de comunidade se contrapõe ao de imunidade, e que possui a mesma raiz *immunitas, átis*, que significa isenção (de impostos, de encargos), dispensa, desobrigação, imunidade. Sem responsabilidade.

Assim a palavra comunidade tem em sua raiz um caráter político, de responsabilidade com o que é de todos. Enquanto a palavra imunidade (muita usada por políticos, sobretudo na chamada “imunidade parlamentar”) tem um caráter apolítico, de desobrigação política. Assim quando se diz “ajuda à comunidade”, é preciso deixar claro a que comunidade política estamos nos referindo, e se está de fato responsável ou desobrigada (imune), sem responsabilidade, com o que é de todos.

Do nepotismo: Quando cerca de 78,6% (pergunta 41) dos pesquisados se manifestam contrários ao nepotismo, isto é, à prática de políticos contratarem parentes para cargos públicos, e os demais condicionarem essa prática a limites profissionais, tende-se a pensar que a turma tem um procedimento avançando em torno da coisa pública. No entanto, quando se procede à análise das justificativas para esta recusa, nota-se, com algumas exceções, uma débil noção do “público”. Boa parte dos contrários ao nepotismo justifica sua posição afirmando: “os concursos públicos são mais democráticos e devem ser respeitados”; “normalmente não se utiliza critérios profissionais”; “porque se tira dinheiro da população”; “é ilegal” etc. No fundo, pesando boa parte das respostas, o nepotismo seria admissível desde que... No entanto, como alguns afirmam, esta é uma prática antiética, desrespeitadora da coisa pública, que deve ser negada, pois além de abrir precedentes à corrupção, “desqualifica e desacredita a instituição”.

Do populismo pedagógico: Há ainda que tomar muito cuidado com a idealização do povo, com o que vem do povo, o popular, manifesta nas respostas: o chamado populismo pedagógico, aquela atitude de se achar bom tudo o que vem do povo. No entanto, o povo real, concreto é contraditório, é expressão de seus condicionamentos, de sua formação social e de sua vontade de liberdade. Neste sentido, Paulo Freire alerta que “a negação do saber popular e tão contestável quanto a sua mistificação, a sua exaltação, de natureza “basista” (FREIRE, 1994, 85). Desta forma, a opção pelo povo, pelo popular, deve expressar sobretudo uma tomada de posição, uma opção de classe.

Dos problemas municipais: Quanto aos principais problemas dos Municípios, chama a atenção a não referência pelos inscritos à violência num espaço como a Baixada Fluminense. Será esta atitude indício de insensibilidade política? De distanciamento da realidade?

Sinteticamente, pode-se identificar em meio aos educandos, em disputa, dois modos de fazer política: o primeiro, hegemônico, próprio dos grupos que historicamente vêm se sucedendo no poder local, portador de uma cultura política arcaica, primitiva, que têm se apropriado do espaço público de forma patrimonialista¹⁶ e clientelista. E um outro modo de fazer política, contra-hegemônico, próprio das forças democráticas e organizações da sociedade civil – no sentido gramsciano - de configuração política moderna ainda incipiente, portadora de uma práxis política contraditória, pelo fato de trazer, justapostos à mesma, elementos de uma concepção pré-moderna de ação política introjetados e a compreensão moderna do Estado como um organismo público, em luta pela ampliação da esfera pública.

Contradição própria ao ser social, o homem, “resultado da articulação entre determinismo e liberdade, entre causalidade e teleologia (ou ‘dever ser’)” (COUTINHO, 2003, 72). Contradição que não exige o militante político e o educador político popular de estarem lutando contra, o que Chico de Oliveira classifica característico nas sociedades latino-americanas, as “arraigadas sociabilidades autoritárias” (OLIVEIRA, 1998, 228). Que Oliveira não queira com o termo “arraigada” dizer, no mesmo sentido de Houaiss, “gravada na memória, nos costumes, na cultura do indivíduo ou da coletividade *de forma a ser impossível esquecer, superar ou deixar de lado*” (grifo meu). Afirmação esta que não condiz com a práxis do educador político popular que entende as sociabilidades autoritárias latino-americanas como um fato histórico e, portanto, passíveis de serem superadas.

A educação política popular enquanto práxis emancipatória

Como demonstra Losurdo, os liberais tramam, e neste sentido são intransigentes diante da possibilidade da emancipação plena do povo e da sua participação

16 Por patrimonialismo, de acordo com Raimundo Faoro, entende-se a prática política que se caracteriza pela fusão dos interesses públicos com os privados (Raimundo Faoro. *Os donos do poder*).

política, pois isto tende, de forma irreversível, a contrapor-se aos seus interesses de classe (LOSURDO, 2004, 100).

Ser educador orgânico às classes subalternas, e não ser apenas professor / educador das classes subalternas, é navegar contra a história da manutenção do status quo, ou mesmo contra a história da des-emancipação social e política do povo. Neste sentido, é preciso atentar para as reformas neoliberais em curso no Brasil, que apontam para a perda de conquistas históricas dos trabalhadores.

Ser educador no contexto de hegemonia neoliberal é trilhar o sinuoso, íngreme e desacreditado caminho da emancipação das classes populares. Contexto em que o neoliberalismo, a ideologia do sistema globalizado, apresenta de forma cínica o capitalismo como alternativa à crise estrutural e global do próprio capitalismo. Liberalismo que, travestido de neo, se apresenta como novo para cinicamente reproduzir a velha relação de classes, de explorador e explorado, de dominante e dominado, de mercado restrito a apenas 30% da população.

Ciente de que, conforme Gramsci, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, v. 1, 1999, CC 10, § 44, 399), urge ao educador político popular optar por uma práxis educativa que vá desmascarando e mostrando a não pertinência deste sistema, em busca da emancipação integral da humanidade. Pois como afirma Freire em Educação e Mudança, “numa sociedade de classes, toda educação é classista. E, na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar contra esta ordem, subvertê-la” (FREIRE, 1991, p. 13).

O que só é possível a partir da necessária tomada de consciência e opção de classe. Ciente ainda de que a educação não é a panacéia da emancipação humana, mas necessária a esta tarefa histórica, deve buscar educar pela e para a vida. Para isto, contudo, se faz necessário:

- proceder a um refinamento da própria consciência de identidade de classe. Uma psico-análise social identitária para responder ao “quem sou eu?” quem somos nós? E, assim, conhecendo a si mesmo, possa melhor conhecer a realidade em que age;

- trabalhar para o surgimento de uma nova cultura política, de uma nova hegemonia; ir substituindo no dia-a-dia as práticas individualistas e competitivas, que alimentam a ideologia liberal-capitalista, por práticas de solidariedade, de participação, de controle social¹⁷;

- colocar o ser humano no centro de sua preocupação e atuação e não o mercado como quer o liberalismo;

17 Por “controle social” referimo-nos ao sentido mais contemporâneo do mesmo, isto é, ao exercício da participação social nas decisões políticas, principalmente em torno das políticas públicas, ao controle que a sociedade civil busca exercer sobre as políticas de governo. Sentido este oposto ao usado tradicionalmente nas ciências sociais para significar “o exercício do Estado para controlar a sociedade”.

- proceder a práticas educativas que levem ao controle e à intervenção social nas políticas públicas, sobretudo as educacionais, apesar de saber que nos marcos do capitalismo não há verdadeira e sólida emancipação.

Como alerta Luís Sérgio Henriques,

[...] não se pode nunca desprezar o tratamento específico, particular, de questões socioculturais, relegando sua solução para os supostos dias gloriosos do socialismo realizado. O tratamento metódico, paciente, das questões específicas é, antes, o modo melhor de fazer avançar ‘molecularmente’ o programa socialista, aqui e agora, a partir do movimento real do único mundo em que nos é dado viver (HENRIQUES, 2004, 11).

Trata-se assim de buscar soluções essenciais, “de construir um pensamento educacional contra-hegemônico antagonístico combatendo a internalização e a consciência de subordinação dos valores mercantis mediante uma teoria e uma práxis educativa emancipadora” (FRIGOTTO. In: contracapa de MÉSZÁROS, 2005).

Pois uma educação verdadeiramente libertadora deve estar preocupada com a emancipação humana, buscando uma nova humanidade, autônoma, criativa, crítica e auto-crítica. E se concorda com Mézáros, Freire e outros, que a educação não é mera transferência de conhecimentos, mas conscientização e testemunho de vida, sua prática buscará uma “revolução cultural” radical.

“A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipatória” (MÉSZÁROS, 2005, 76), no sentido de uma mudança essencial da sociedade.

Assim, consciente de que o espaço precípuo da educação é a vida, o verdadeiro educador político popular busca educar pela e para a vida emancipada a partir da luta local articulada à luta global por uma nova sociedade.

Considerações finais

A título de conclusão desta intervenção, quero reportar-me mais uma vez a Antonio Gramsci quando ele analisa os “movimentos culturais de ‘ida ao povo’ de seu tempo, expressos nas universidades populares e instituições similares” (GRAMSCI, 1999, v. 1, CC 11, § 12, 100), para destacar a gravidade de nossa intervenção enquanto formação política das classes populares.

Para Gramsci, o êxito dos movimentos culturais de “ida ao povo”, expressos nas chamadas universidades populares, em nosso caso, nas Escolas de Formação Política, êxitos enquanto organicidade de pensamento e solidez cultural só podem ocorrer se entre os intelectuais e os “simples” se verificar a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais forem organicamente os intelectuais daquela massa, se elaborarem e tornarem coerentes os princípios e os

problemas que aquelas massas colocam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 1999, v. 1, CC 11, § 12, 100).

Estamos, ao que parece, em um contexto propício à retomada da educação política popular no Brasil. A procura popular, “os simples”, pelos cursos de formação sociopolítica oferecidos pelo CSp, pela formação política de educadores e atividades de extensão oferecidas pelo NUIPE, assim como as solicitações para que a EFP seja reproduzida em outros espaços, sinalizam um tempo para a retomada da educação política popular. Esta que havia manifestado todo o seu vigor nos inícios dos anos 60 e retomada nos anos 70, foi esvaziada a partir de meados dos anos 80, coincidindo com a instalação da Nova República, a redemocratização do Brasil e a queda do Regime do Leste Europeu. A partir de então, praticamente todas as iniciativas de educação política popular ligadas ou próximas à CUT, PT, entre outras instituições, acabaram sendo esvaziadas, perdendo sua densidade. A riquíssima experiência do MST acaba sendo uma das raríssimas exceções de práxis educativa popular emancipadora. É neste contexto de altos e baixos, que aos trancos se mantém a prática de educação política popular em Nova Iguaçu, e a partir de 1995 começa a tomar densidade.

Trata-se hoje, 2006, de revisitar para reinventar em novo contexto e em novas bases, as fecundas idéias e práticas de educação política popular dos anos 60, 70 e 80 para a retomada em nova dimensão do projeto nacional popular traído. Neste sentido, são importantíssimas sobretudo as contribuições de Paulo Freire e de Antonio Gramsci.

Referências

- ALVES, José Cláudio S. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ, APPH, CLIO, 2003.
- ARRUDA, Marcos. **Metodologia da práxis e formação dos trabalhadores**. Rio, PACS, 1988, (mimeo).
- BOBBIO, N. et al. Dicionário de Política. 5a ed., Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- COUTINHO, C. Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: Ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. O conceito de política nos Cadernos do Cárcere. In: COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, Andréa P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. R. de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 67-82.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 18a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia da esperança**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 7. ed., Rio de Janeiro: Civil Brasileira, 1987.
- _____. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- HENRIQUES, L. Sérgio. O ofício do restaurador. In: Fernández Buey, Francisco. **Marx sem(ismos)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, pp. 9-15.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda. In: **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOS, Jailson Alves dos. **Estado e Terceiro Setor: Os descaminhos da nova Parceria Público e Privado na Educação**.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Brasília: UnB, 1982.
- SILVA, Percival T. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992**. Dissertação (Mestrado) - FGV-IESAE. Rio de Janeiro: 1994.
- _____. Políticas públicas e poder popular. In: SEMERARO, Giovanni. **Filosofia e Política na Formação do Educador**. Aparecida do Norte, SP: Idéias e Letras, 2004, p. 183-214.
- _____. **Projetos de Extensão Escola de Formação Política**. NUFIFE-CSp Diocese de N. Iguaçu, PROEX-UFF, N. Iguaçu-Niterói, 2003a, 2004a, 2005a, 2006a e 2007.
- _____. **Relatórios Projeto de Extensão EFP**. NUFIFE-CSp Diocese de N. Iguaçu, PROEX-UFF, N. Iguaçu-Niterói, 2003b, 2004b, 2005b e 2006b.

Recebido em:	07/01/2007
Aceite em:	05/03/2007

